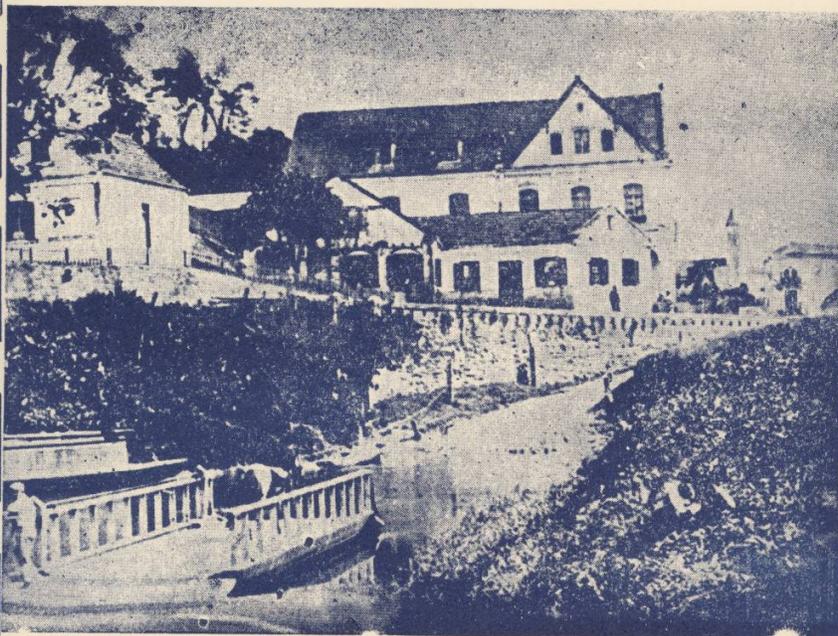




NOTÍCIAS DE "VICENTE SÓ"

BRUSQUE - ONTEM E HOJE



ANO I

Nº. 4

EDIÇÃO DA

SOCIEDADE AMIGOS DE BRUSQUE

Sociedade Amigos de Brusque

Fundada a 4 de Agosto de 1953

Reconhecida de utilidade pública:

Lei Estadual nº 1162 de 12 de novembro de 1954

Lei Municipal nº 73 de 9 de março de 1954

C. G. C. 82723933/0001

Sede própria: Avenida Otto Renaux — Caixa Postal, 27

88350 - BRUSQUE — Santa Catarina

Mantenedora do MUSEU HISTÓRICO DO VALE DO ITAJAÍ-MIRIM

Notícias de "Vicente Só"

BRUSQUE — ONTEM E HOJE

Revista de cultura histórica do Vale do Rio Itajaí-Mirim

Publicado trimensalmente sob a responsabilidade da

SOCIEDADE AMIGOS DE BRUSQUE

DIREÇÃO: AYRES GEVAERD

Assinatura Anual: Cr\$ 20,00

Composta e impressa na Oficina da Fundação "Casa Dr. Blumenau"

NOTÍCIAS DE "VICENTE SÓ"

BRUSQUE-ONTEM E HOJE

ANO I

Outubro/Nov/Dez. de 1977

Nº. 4

Sumário

	Página
ESTUDOS:	
— Fe. José Artulino Besen - O Hospital Arquidiocesano Cônsul Carlos Renaux ou Santa Casa de Misericórdia de Nossa Senhora de Azambuja	78
— Ayres Gevaerd: O pioneiro Engelbert Gevaert e seus descendentes	85
— Eráclito Brusque: A Família BRUSQUE. Dados genealógicos e biográficos.	88
CLICHÊ	
— Diploma da primeira exposição colonial realizada nas Colônias Itajahy — Brusque e Príncipe Dom Pedro	92
CRÔNICAS	
— Personalidades do passado brusquense - "Onkel Hotel" e "Schôner Wilhelm"	93
CLICHÊ	
— Conjunto de Câmera brusquense	95
— Reminiscências — Os transportes em Brusque no início do século	95
DOCUMENTOS	
— Documentos — Da administração Barão Maximiliano de Schneéburg	97
— Autobiografia do Pastor Jahann Anton Heinrich Sandreczki	107

Capa — Concepção e gentileza de W. L. Rau.

O clichê mostra a barcaça que funcionou no rio Itajaí-mirim quando não existiam as pontes. À esquerda, parte de uma lancha que servia para o transporte de carga e passageiros, entre Brusque e Itajaí, de 1895 a 1905.

O Hospital Arquidiocesano Cônsul Carlos Renaux

OU

Santa Casa de Misericórdia de Nossa Senhora de Azambuja

Pe. José Artulino Besen

Já em 1862 o Barão de Schneéburg escrevia ao Governo Provincial pedindo providências no sentido de atender a população local, tantas vezes atingida por doenças e obrigada a recorrer a Florianópolis em casos graves. Mais tarde podiam dirigir-se a Blumenau ou Itajaí. Contudo o problema ficava aguardando solução. E a primeira experiência brusquense no setor da saúde nasceria em Azambuja. Um começo tão humilde e despretencioso que mais parecia sonho da idealistas do que um empreendimento concretamente estudado e organizado.

Pois no dia 29 de junho de 1902, com tudo e com nada ao mesmo tempo, inaugura-se oficialmente a "Santa Casa de Misericórdia de Nossa Senhora de Azambuja". No momento da inauguração o Sr. Juiz de Direito, Dr. Thiago da Fonseca, afirmava: "A pobreza com que este estabelecimento entra em vida é a garantia certa da prosperidade futura". E, o que abrangia este altissonante título "Santa Casa"? Nada mais, nada menos que um Hospital, Asilo de Velhos, Asilo de Órfãos, Escola Paroquial, Hospício... É comovente, lendo-se as Crônicas da época, ver a fé e o entusiasmo dos idealizadores Pe. Antônio Eising (Vigário) e Pe. José Sundrup (Coadjutor), como também ver a dedicação heróica das Irmãs da Divina Providência e o auxílio fraterno dos moradores da Rua Azambuja, da Peterstrasse, Águas Claras, Poço Fundo, das Damas de Caridade de Itajaí.

No dia da inauguração há dois doentes: uma senhora de idade com seu filho de 30 anos, débil mental e raquitico; ela tivera a infelicidade de cair e fraturar a perna em dois lugares. Em setembro já são 18 os doentes. Abrigados em paióis e numa casa de madeira construída em 1901. O Hospital de Caridade, de Florianópolis, fornece 25 camas.

Não há médicos. A Irmã Bárnaba (as outras eram Godeharda e Friedburga) atende aos doentes, realizando inclusive cirurgia externas, sem qualquer anestesia: não havia os recursos necessários. Quantas vezes aconteceu ser a Irmã atirada para longe, devido ao empurrão de algum doente que não resistia à dor da pequena intervenção cirúrgica, ao vivo. Medicamentos se arrumavam. Mas a maior parte do tratamento era realizado através da higiene, da boa alimentação e do conforto espiritual e psicológico, dado pelas boas Irmãs da Divina Providência.

Não havia subvenção dos cofres públicos. As despesas eram custeadas com os rendimentos da festa de 26 de maio (dia de Nossa Senhora de Caravaggio de Azambuja, a grande Festa de Azambuja), que

atingiam a dois contos de réis. O resto era fruto da boa vontade dos paroquianos, e mesmo protestantes havia que davam, espontaneamente, generosos auxílios. Faltando trabalhadores para locomoção de terra e outros serviços, o padre pedia aos colonos, não faltando gente que doava dias grátis de serviço. Na falta de viveres, no domingo, durante o sermão, Pe. Eising ou Pe. Sundrup dirigia-se aos colonos e, no dia seguinte, vinham 5, 6, 7 carroças carregadas de feijão, farinha, milho, açúcar, café, carne, ovos, galinhas. Também para Azambuja eram dados todos os emolumentos paroquiais dos dois abnegados sacerdotes. Nada retinham para si. Pe. Eising gostava de dizer que o capital de manutenção da Casa de Misericórdia era constituído por dois fundos: a caridade cristã no coração dos paroquianos e o auxílio da Virgem de Azambuja. Gravara no coração de cada paroquiano a palavra do Mestre: "O que fizerdes a um destes pequeninos, é a mim que o fazeis" (Mt 25,40).

Era comovente ver com quanto espírito de sacrifício os que, mesmo pobres, mas tendo saúde, auxiliavam aos doentes necessitados!

É impossível escrever sobre esta Obra de Caridade sem se deixar levar pela emoção. Não encontramos documentos que não transpirem fé, piedade, caridade, simplicidade. Cada linha sobre esta nova Obra revela algo de não humano: é a caridade cristã, e somente ela, que torna possível tão poucas pessoas fazerem tanto pelo próximo, geralmente um débil mental que andava errante pelas estradas do Vale do Itajaí, um cego que passava os dias mendigando de porta em porta e que, por graça, batera nas portas da caridade mariana do Vale de Azambuja, algum velhinho subnutrido que passava as noites friorentas em paióis que encontrasse ao cair da tarde, crianças órfãs, velhinhas abandonadas pela família e que nesta Casa podiam reencontrar a alegria de ser amadas e cuidadas.

Os doentes se abrigavam como a pobreza da Instituição o permitia, e passavam os dias, ou andando pelos caminhos do Vale, ou a rezar no Santuário de Azambuja, já meta de peregrinações de todo o Estado, com justa causa chamado de "Iguape do Sul". Viajantes e visitantes contam da alegria destes infelizes a quem o sofrimento mostrara o caminho a seguir. Crianças vivazes, outras tristes, com os pezinhos sujos pela lama, ou se abrigavam em Azambuja, ou aqui vinham para receber as primeiras letras do ABC e da Religião: eram 10-15 internas e 30-40 externas. Romeiros, curiosos, velhos sofredores, raquiticos, se misturavam entre as surradas paredes do Santuário de 1894, unidos no louvor a Nossa Senhora de Azambuja. Pedia-se ver o velho João Foppa, acometido de câncer. Apesar de seus muitos sofrimentos respondia, invariavelmente, a quem lhe perguntasse pelo seu estado de saúde: "Benone, benone". Morreria em janeiro de 1903.

No Vale, o que mais se ouvia era o silêncio, como só os lugares pobres, isolados, humanos, sabem oferecer: o silêncio do Vale, o ranger das engrenagens do engenho de farinha, movido à água, o barulho

das carretas misturado com o mugido de algumas vacas e, quase imperceptivelmente, gemidos de doentes, dolorosos, angustiados, fortes, sendo substituídos, pouco a pouco, pelas doces e consoladoras palavras e gestos das irmãs da Divina Providência.

Estudando o início desta obra, hoje moderna instituição de saúde, não vemos tanto a pobreza, os caminhos difíceis de serem trilhados; em tudo vemos apenas duas palavras: piedade e caridade, a se repetirem dia e noite, quer no "Kyrie eleison" do Santuário, quer no carinho com que eram recebidos os irmãos sofredores! Piedade e caridade, os motores da Santa Casa de Misericórdia de Nossa Senhora de Azambuja, que neste ano completa 75 anos de existência.

A história do plano de fundar, em Azambuja, uma Santa Casa de Misericórdia, é antiga. Começa mais decididamente em 1899, a 8 de outubro, data de uma carta do Pe. Antônio Eising ao Sr. Bispo Diocesano, D. José Camargo Barros:

Exm^o. e Revm^o. Sr. Bispo Diocesano:

O abaixo-assinado tem a liberdade de entregar a Vossa Excelência, com esta, uma análise a respeito da compra de uma colônia para a Capela de Nossa Senhora de Caravaggio, em Azambuja, desta Paróquia, e de pedir obedientemente a Vossa Excia que digne-se declarar o que quer de mim neste assunto.

1. A mencionada colônia n^o. 4, de Azambuja, segundo o título de posse, pertence ao Sr. Jacob Knihs, e tem uma área de 18.416 braças quadradas, está adjacente ao caminho público, distante da Vila de Brusque três quilômetros.

2. O proprietário é um homem de bem e concedeu, há poucos anos, "grátis", naquela colônia n^o. 4, o terreno que foi preciso para fazer nova Capela, sem fixar um certo tamanho e certos limites.

3. Como o Vale de Azambuja é muito estreito e estéril, tendo em seu grêmio apenas nove pobres famílias italianas, além da família alemã do Sr. Jacob Knihs, a Capela erigiu-se quase só com as esmolas que se ofereceram na velha capelinha dos romeiros que vêm de longe para alcançar a graça de Deus, nas suas precisões, pela intercessão de Nossa Senhora de Azambuja. A nova Capela, que tem 10 metros de largura por 14 de comprimento, além de presbitério, agora está inteiramente acabada e pagada.

4. Parece-me, agora, recomendável, comprar a colônia n^o. 4, em cuja parte anterior a nova Capela se acha erigida, pelas seguintes razões:

a) Tem perigo que o espírito de negócio vá adquirindo terreno na circunvizinhança da Capela e secularizar o lugar que por Deus parece destinado a ficar a "Iguape de Santa Catarina", crescendo sempre o número dos romeiros e o tamanho das esmolas.

b) Fora daquela colônia quase não há uma planície que possa servir para uma casa de negócio ou de divertimento mundano, sendo tudo altos morros e pântanos.

c) A colônia n.º 4 está situada em local relativamente alto, mais alto do que o caminho público, e tem três terraços que estão rodeados por altos morros. No primeiro acham-se a Capela e, separado dela por um pasto, a morada do sr. Jacob Knihs. O segundo eirado está atrás da Capela, mais afastado do caminho e quase no mesmo nível que a cumieira da Capela, muito apto, segundo meu parecer, para se fazer nele um Hospital. O terceiro terraço é mais alto ainda.

d) Como as esmolas aumentam, evidentemente pode-se esperar que o preço da compra se pague em pouco tempo e, depois disso, se possa fazer uma Casa de Misericórdia ou qualquer Instituto de Caridade, como Vossa Excia achar bom.

e) O Sr. Jacob Knihs faz duas propostas: toda a colônia n.º 4, com as casas do proprietário que se acham num canto daquela colônia, quer vender por seis contos. Querendo nós comprar a colônia n.º 4 depois de cortado aquele canto com as casas, podemos tê-la por dois contos.

Eu recomendo comprar a colônia inteira, com as casas nela edificadas. Estas últimas poderiam muito bem servir para principiar, sem mais custas, uma Casa de Misericórdia. Enquanto as Irmãs de Caridade achariam bastante lugar na moradia do Sr. Jacob Knihs, as casas adjacentes teriam espaço para uns 15 a 20 velhos ou doentes.

f) Caso se fizer uma Casa de Misericórdia, o povo ajudaria com muito boa vontade para arranjar as coisas necessárias e estaria muito satisfeito de ver empregadas as esmolas da Capela para um tão alto fim.

g) O Sr. Jacob Knihs está contente de receber o pagamento pouco a pouco, se ele ainda puder ficar morando até que a metade seja paga.

Enfim, eu não vejo nenhum impedimento em adquirir a dita colônia n.º 4 com as casas do Sr. Jacob Knihs. Faltam só a bênção e a licença de Vossa Excia para principiarmos uma obra que seria um bonito monumento em homenagem ao Bom Samaritano e à Mãe de Misericórdia no encerramento deste século.

Com perfeita obediência sou, de Vossa Excia, servo e filho em Nosso Senhor

Pe. Antônio Eising — Cura.

Brusque, aos 8 de dezembro de 1899.

Tão generoso projeto encontra eco imediato no grande pastor que foi D. José Camargo Barros. Apenas 19 dias depois, veio a resposta, lacônica, mas lungimirante: "Aprovo e abençôo este projeto aqui exposto. Quanto ao mais, deixo ao zelo e prudência do Cura".

Em 3 de abril de 1900 o Pe. Eising compra, para a Paróquia de Brusque, o lote n.º 16 da linha Azambuja, pertencente a Pietro Colzani: 30.543 braças quadradas, por um conto e duzentos mil réis. Dois anos mais tarde, a 3 de julho de 1902, dá-se a compra do lote n.º 4, pertencente a Jacob Knihs, com as duas casas nele situadas. Diferentemen-

te do outro lote, este tem como adquirente jurídico o Santuário de Azambuja.

Para resolver o problema do lote nº. 16, adquirido pela Paróquia, a 7 de agosto de 1902, o Pe. Eising o vende ao Santuário de Azambuja, representado pelo Pe. Sundrup.

Para estas compras não houve esmola nem auxílio oficial. "O terreno é exclusivamente patrimonium beatae Mariae Virginis de Caravaggio", ressaltava o Pe. Sundrup na sua "Chronik", para evitar qualquer reivindicação posterior quer da Comunidade, quer da Paróquia.

Já em 1901 se constrói uma casa de madeira onde são colocados os doentes: metade para doentes em geral e metade para doentes mentais. Quando da inauguração oficial, a 29 de junho de 1902, a Santa Casa já engloba um Hospital, um Asilo, um Orfanato e um Hospício. Quatro grandes obras atacadas simultaneamente.

Pela motivação exposta pelo Pe. Eising, desprende-se que ele se move em dois planos: um espiritual e outro caritativo-assistencial.

Pe. Eising previa que Azambuja, com seu Santuário, destinava-se a se transformar no Centro Mariano do Estado de Santa Catarina. Muitos peregrinos que antes iam a Iguape agora se detinham neste pobre Vale, onde encontravam o consolo da proteção materna da Mãe de Deus. Não era mais Nossa Senhora de Caravaggio, e sim, Nossa Senhora de Azambuja.

Natural que um local que de tal forma atraía devotos e curiosos paulatinamente se transformasse num centro de exploração comercial. A preocupação do Cura é justa e providente: reservar Azambuja para a devoção mariana, isolando-a do comércio e de excessivas festas externas. Uma preocupação justa que hoje, 75 anos depois, se nos mostra como sumamente benéfica.

O plano caritativo-assistencial: utilizar as esmolas dos fiéis e os lucros das festas para a manutenção de uma instituição de caridade. Pelos antigos livros de contas podemos averiguar como era mal empregado o dinheiro que entrava na grande festa de 26 de maio, data da Padroeira: a entrada chegava a dois contos de réis, notável quantia para a época! Pois bem: dez por cento era gasto em foguete e 30 por cento num lauto banquete para festeiros, convidados e amigos da casa. Esta quantia podia ter um emprego mais sensato e Pe. Eising, vendo a miséria que atingia tantas pessoas, o abandono de velhos e órfãos, a carência hospitalar da Freguesia de Brusque, sonhou com a Santa Casa de Misericórdia.

O Pe. José Sundrup, coadjutor, especifica melhor a finalidade da Santa Casa:

1 — progredir na verdadeira devoção a Nossa Senhora, através do exercício da caridade;

2 — através da prática desinteressada das obras de misericórdia e de vida religiosa, dar exemplo de desprendimento ao povo ambicioso e utilitarista;

3 — despertar vocação religiosas entre a mocidade.

Em carta de 13 de abril de 1902, a um amigo, o mesmo sacerdote menciona claramente quais as instituições que seriam mantidas pela Santa Casa de Misericórdia:

1 — Hospital e Asilo para abrigar os muitos doentes, principalmente pobres e abandonados, também cegos e aleijados desamparados. "Vinde a mim todos que estais oprimidos e sobrecarregados e eu vos aliviarei" (Mt 11,28). "Os oprimidos, os pobres doentes, os anciãos abandonados, são estes que chamaremos a Nossa Senhora, a Azambuja, para cá levar seus dias como filhos adotivos de Maria e veneradores permanentes de seu Santuário".

2 — Escola Paroquial — "A situação do ensino é lamentável. Não há obrigação de frequentar aula e, além disso, existem poucas escolas e, quando o governo em qualquer parte abre uma escola, a Lei do Estado diz: "Não se deve ensinar religião nem rezar". Nossa Senhora, que é a Sede da Sabedoria, nos queira ajudar para abrir em Azambuja uma escola para as crianças de qualquer nacionalidade".

3 — Uma Escola Catequética: "As crianças se criam não somente sem aula e sem ensino religioso como também quase nunca entram numa Igreja, pouco sabem do bom Deus e... Nossa Senhora, porém, o Auxílio dos Cristãos, há de ajudar também nisso, possibilitando que no seu Santuário se instale uma casa que sirva, por um lapso de tempo, de moradia para as crianças coitadinhas receberem o ensino mais necessário".

Foi este o projeto ambicioso destes dois heróicos sacerdotes que tanto fizeram pela comunidade brusquense e que hoje são praticamente desconhecidos da maioria da população.

Se Brusque se orgulha de seu Vale de Azambuja, o ponto turístico por excelência deste Berço da Fiação, pode também se orgulhar destes dois estrangeiros que o fizeram, que por primeiro deram os passos necessários para a instalação de atendimento sanitário à Comunidade.

Pensamos, no próximo número, publicar a inédita "Chronik der Casa de Misericórdia in Azambuja", escrita pelo Pe. José Sandrup. Publicaremos a tradução, pois originalmente foi escrita em alemão. Abrange a história da Santa Casa do início até a remoção do Pe. Sandrup, em 1904.

Aquelas linhas tão singelas muito nos servem para ver de que é possível o homem, quando impulsionado por um ideal. E, para nós, brusquenses, serve para nos mostrar o significado original do atual "Hospital Arquidiocesano Cônsul Carlos Renaux", último passo da obra idealizada neste início de século pelos Pes. Eising e Sundrup.

BIBLIOGRAFIA

Apresentamos uma bibliografia substancial para quem estudar a história do Hospital Arquidiocesano Cônsul Carlos Renaux nos seus inícios:

1. ARQUIVOS — Arquivos da Sociedade Amigos de Brusque.

- Arquivo Histórico "Dom Jaime de Barros Câmara", do Seminário de Azambuja, Brusque.
 - Arquivo Histórico-Eclesiástico da Arquidiocese de Florianópolis.
 - Arquivo da Congregação dos Padres do Sagrado Coração de Jesus. São Paulo.
 - Arquivo da Paróquia São Luís. Brusque.
- 2. Jornais** — NOVIDADES, de Itajaí
- 28-05-1905, n.º 52
 - 25-06-1905, n.º 56
 - 16-07-1905, n.º 59
 - 25-11-1905, n.º 78
 - 05-06-1907, n.º 157
 - 27-10-1907, n.º 178
 - 10-05-1908, n.º 206
 - 01-11-1908, n.º 231
 - 25-04-1909, n.º 256
- A VERDADE, de Florianópolis
- ano I, n.º 27, 7-06-1903
- O PROGRESSO
- ano VII, 4-8-1935
- 3. ARTIGOS SOBRE AZAMBUJA**, no Jornal O MUNICÍPIO, da autoria do Pe. Ney Brasil Pereira:
- Tópicos de uma carta (Carta do Pe. Eising)
3-6-1961, n.º 312
 - Pe. Eising, o iniciador
20-5-1961, n.º 310
 - Inéditos da Crônica
6-5-1961, n.º 308
- 4. LIVROS PAROQUIAIS**
- Livro de Tombo da Paróquia de Brusque
Livro I, folha 6
Livro I, folha 66
Livro I, folhas 59, 59v, 60.
 - Livro de Tombo do Santuário de Azambuja
Livro I
 - Livro de contas do Santuário de Azambuja
Livro I
- 5. CRÔNICA**
- Pe. José Sundrup
"Chronik der Casa de Misericórdia in Azambuja"
- 6. OBRAS**
- Pe. Ney Brasil Pereira: O Santuário de Azambuja, Azambuja, 1952.
 - José Artulino Besen: Azambuja, 100 anos depois, Brusque, 1977.

O pioneiro Engelbert Gevaert e seus descendentes

Ayres Gevaert

Há muitos anos venho recolhendo subsidios para um relato histórico e composição da árvore genealógica da Família Gevaert. Mas a carência de documentos fundamentando a história pouco conhecida da "Colônia dos Belgas" no rio Itajaí-açu, à qual deveria pertencer o primeiro Gevaert a emigrar para o Brasil, impediam meu propósito.

Carlos Ficker, dedicado cultor das letras históricas de Santa Catarina, propiciou-me esta oportunidade, por intermédio de importante documentários: "Charles Van Lede e a colonização Belga em Santa Catarina".

Notáveis foram também as atividades dos amigos José Ferreira da Silva e Jean Rul, meu "patrício", que cuidaram do trabalho preliminar, permitindo acesso ao Arquivo Histórico da Bélgica.

Não pretendo, evidentemente, fazer um novo relato dos atribulados dias da "Colônia dos Belgas", largamente documentado no livro de Carlos Ficker. Quero lembrar, simplesmente, alguns acontecimentos: a origem da Colônia e a situação dos primeiros colonizadores. Em seguida adiciono notas que a tradição familiar conservou e os aspectos genealógicos mais interessantes que podem servir de orientação a outras famílias de origem belga. Procuro dar, assim, aos meus familiares, meios de conhecerem os pri-

meiros tempos da Família aqui no Brasil.

Contam, pois, os registros, que no dia 24 de agosto de 1844 o brigue "Jean van Eyck" saía do porto de Ostende, na Bélgica, levando à bordo 109 colonos, todos das Flandres, com destino à Província de Santa Catarina.

O seu objetivo era dar cumprimento ao contrato firmado entre o governo do Império do Brasil e da Bélgica, fundando a Companhia Belgo Brasileira de Colonização: exploração comercial e mineral, assim como instalar nas margens do rio Itajaí-açu uma colônia agrícola.

Foi Charles Van Lede o idealizador desse movimento colonial e comercial e J. P. Fontaine o seu primeiro diretor.

Charles Van Lede adquirira do Major Henrique Flôres uma légua quadrada de terras na margem direita do Itajaí-açu, no local chamado Ilhota, visitado pelo adquirente em março — abril de 1842 em viagem de exploração, inspeção geológica e procura de jazidas de ferro e carvão mineral.

O brigue "Jean Eyck" chegou a Desterro no dia 17 de novembro, 86 dias depois da saída de Ostende, sendo os 107 colonos (dois desertaram do navio ao chegar ao Rio de Janeiro) recebidos por autoridades provinciais, pelo Consulado da Bélgica e por Van Lede e esposa.

Dias depois, em iate costeiro, 90 colonos (17 separaram-se, preferindo terras no atual município de São José), com o diretor Fontaine, Charles Van Lede e senhora, completaram a viagem até Ilhota. A 27 de Novembro de 1844, data da fundação da "Colônia dos Belgas, iniciaram o desmatamento e a construção dos primeiros ranchos.

A relação nominal completa dos primeiros belgas chegados ao Brasil com o brigue "Jean van Eyok" não se encontra nos documentos. Tampouco os que chegaram em meados de 1846 — 18 — pelo navio "L'Adile", contratados por Pierre van Loo na cidade de Gand, foram relacionados. Antes, a 19 de maio do mesmo ano, outros 18 colonos chegaram a Desterro, destinados porém ao Alto Biguaçu e Tijucas Grande.

Cedo o descontentamento tomou conta da Colônia, verificando-se, inclusive, motins.

As causas, entre outras: questões de terras, brigas com os nacionais, falta de títulos de propriedade, indolência de alguns colonos, indiferença da direção com relação ao cumprimento dos compromissos com os colonos.

Em consequência, muitos colonos abandonaram-na em demarcação da Capital e São Pedro de Alcântara. Outros desapareceram, em estado miserável.

Em 1874 as condições eram as piores possíveis, contrastando com o progresso das Colônias vizinhas Blumenau, Brusque e S. Pedro Apóstolo (Gaspar). Somente por volta de 1900, com a legalização dos lotes coloniais e

presença de destacamento militar, restabeleceu-se a ordem e a Colônia então começou a tranquilizar-se. Veio o progresso, em face da boa agricultura e pecuária.

De conformidade com a planta de 17 de julho de 1847, os lotes ocupados eram dos seguintes colonos e respectivas famílias: Ignace de Sanders, Charles Castelleyn, Gregoire Himpens, Leonardo de Cand, Leonardo van der Gucht, François de Smet, Ange Gevaert e Jean Verdurem, este sem indicação de família. Parte da casa do diretor e do terreno que a cerca era ocupada por Charles Van Dale, sua mulher e seu irmão Ivo Van Dale.

Uma parte da planta marcada com C foi reservada por Pierre Van Loo, ausente, ocupada temporariamente por Leo de Conneck e sua família. A parte assinalada com B era explorada por Gustavo Lebon, com autorização de Hypolite Van Heydin e, finalmente, a parte assinalada com A foi explorada pessoalmente por Gustavo Lebon.

Como se vê, Engelbert Gevaert e sua família ocupavam o lote de N.º DN 6.

Outros colonos, com os seguintes sobrenomes, constam nos documentos sem serem proprietários: Maes, Grabels, Van Heyke, Conicke, Busche, Marbe, Opstale, Bulens, Speckart, Rauvez, Verdarm, Ostyn, Nerrinck e Crousey.

Um outro Gevaert, de nome Ange (tradução francesa de Engel) aparece como subscritor de um documento entregue ao subs-

tituto do diretor Fontaine, Gustavo Lebon.

Deixo os documentos de Carlos Ficker para aproveitar elementos da tradição familiar e os registros do padre Alberto Gattone, cura da "Colônia dos Belgas", cargo que exerceu simultaneamente em Brusque e São Pedro Apóstolo.

Em 1940, em companhia de meu tio-avô Pedro e de meu tio Júlio, visitamos, em Ilhota, pessoas da Família Maes, entre eles Desidério Maes, então com mais de 80 anos. Afirmou-nos Desidério que Engelbert, conhecido por Engel, veio da Bélgica em companhia de sua mulher Catarina de Pütt e seu filho único Alexandre.

Ange, o solteiro, deve ter deixado a Colônia, como tantos outros, tomando destino que se ignora, ou faleceu, sem deixar descendentes, o que é mais provável.

Quanto a exatidão das informações de Desidério Maes não existe dúvida, são corretas, aspecto perfeitamente corroborado nos registros da Igreja Católica da "Colônia dos Belgas".

Alexandre, em 1854, com 22 anos (nasceu no dia 1 de novembro de 1832) contraiu matrimônio com Júlia Maes, nascida a 18 de abril de 1838, filha de Eugênio Maes e Vicentia Van der Goecht.

Eugênio e Leonard, que na documentação aparecem como solteiros, provavelmente eram irmãos ou parentes próximos de Júlia.

Desse matrimônio nasceram os seguintes filhos: Carlos Luiz (25.2.1855), Felício, Leandro, Augusto (7.3.1862), Maria Lui-

za (faleceu com aproximadamente 45 dias), Ricardo (25.11.1864), Alfredo (28.4.1866), Luiz Alberto, Pedro, Bernardino, Victor e Júlia, ao todo 13 filhos.

Engelbert e sua mulher Catarina faleceram pouco depois do casamento de seu filho, sepultados em Ilhota ou São Pedro Apóstolo.

Em 1867/68, Alexandre e toda família transferiram-se para Desterro. Quase 25 anos permaneceram na Colônia que com seus pais ajudaram a estabelecer; saiu para sempre, como tantos de seus compatriotas, de uma região promissora, tornada dura e amarga face a tantos desenganos, desarmonia e injustiças.

Ao fixar-se em Desterro o casal tinha 6 filhos; os outros 6 nasceram na Capital.

Trabalhou Alexandre como carpinteiro nas seguintes firmas: Fernando Hackradt & Cia., Carlos Ebel, Ernesto Vahl, Joaquim Manoel da Silva e Carl Hoepcke.

A 28 de fevereiro de 1890, com 52 anos, faleceu Júlia, sua esposa e oito anos depois, em 1898, veio Alexandre morar em Brusque junto a seu filho Carlos Luiz.

Carlos Luiz, meu avô, arrendou a Fazenda Augusto Maluche, atual Loteamento Jardim Maluche, cuidando dos engenhos de açúcar, aguardente e farinha de mandioca.

Cinco anos permaneceu Alexandre trabalhando com seu filho, além de dedicar-se à manufatura e comércio de canoas, retornando a Florianópolis, onde faleceu no dia 20 de janeiro de 1907, com 74 anos.

Segundo afirmação de meu tio-avô Pedro, teria sido o professor Benjamim Carvalho de Oliveira o autor da mudança do t d e Gevaerd para d, mudança que ficou até hoje.

Alfredo e Luiz faleceram moços e Maria Luiza com 45 aias. Ricardo e Alberto casaram mas não tiveram filhos. Alguns dos demais filhos tiveram prole numerosa: Carlos Luiz 10 filhos, Felício 3, Leandro 8, Augusto 5, Pedro 21, Bernardino 3, Victor 5 e, finalmente, Júlia 12 filhos.

Em 1940 segundo dados reunidos por David Gevaerd o número de descendentes de Engelbert somavam 290.

Meu avô Carlos Luiz casou com Maria Luiza Corsin, filha de Pedro Corsin e Jeane Labreyere Corsin, de nacionalidade norte americana. Seus filhos: Tancredo, Eugênio, Júlio, Evilásio (meu pai), Arthur, Júlio, Tancredo 2º,

Alexandre, Victor e Pedro Gaio (10 filhos). Meu avô teve atuação destacada na Comunidade Brusquense, exercendo as funções de alfaiate, professor público e particular, funcionário da coletoria estadual, tabelião e delegado de polícia.

Nenhum Gevaerd voltou à antiga "Colônia dos Belgas", salvo para visitar nossos parentes Maes.

Com relação à Família Maes, consegui os seguintes dados nos registros do Cura Alberto Gatto: Eugênio foi casado com Vicentia Xavier van der Goecht e tiveram os seguintes filhos: Ricardo, casado com Eugênia Brakefeld; Leandro, casado com Pelágia van Corning; Carlos, casado com Maria Luiza Brakefeld; Maria Luiza, casada com Guilherme Augusto Villain; Júlia, casada com Alexandre Gevaerd, e Leônia.

Família BRUSQUE

DADOS GENEALÓGICOS E BIOGRÁFICOS

Heráclito Brusque

Nicolau Bruschi, nobre florentino, veio para Portugal em 1.762 ou 1.763, sendo logo admitido na Córte e granjeando a amizade, e confiança de D. José II, então Rei de Portugal e dos Algarves e, em maior grau, do Príncipe D. João, quando Regente, e tanto assim que foi, com preterição dos nobres portugueses, nomeado Mordomo-Mór do Paço Real. Casou-se em Lisboa com D. Anna Joaquina Vieira de Aguiar e Almada, dama pertencente à alta nobreza portuguesa e desse consórcio nasceram em Lisboa quatro filhos: José Luiz, João, Francisco Vicente e Maria Amália. Por ocasião do seu casamento foi-lhe reconhecida a qualidade de nobre florentino de primeira linhagem e conferido o foro perpétuo, com transmissão a todos os seus descen-

dentess e com todas as prerrogativas, de fidalguia portuguesa e inscrito o seu nome nos respectivos registros na Torre do Tombo.

Quanto D. João VI veio com a Família Real para o Brasil deixou Nicolau Bruschi em Portugal exercendo o cargo de alta confiança e importância de Administrador e Intendente Geral de todos os bens da Família Real e trouxe os dois irmãos João e Francisco Vicente, ambos militares, sendo que o último, que já era Alferes de Infantaria de Linha, exerceu logo de chegada ao Rio de Janeiro o cargo de comandante de um terço de guardas.

Regressando D. João VI a Portugal levou consigo João Bruschi ficando no Rio de Janeiro o Tenente Francisco Vicente Bruschi, que fora incorporado aos Reais Exércitos do Vice-Reino do Brasil.

Vindo à Capitania de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Francisco Vicente Bruschi, então já Tenente Coronel graduado de milícias, casou-se com D. Delphina Carlota de Araujo Ribeiro, filha do Comendador José Antônio de Araujo Ribeiro, nobre português, pertencente à família dos Araujo Ribeiro de Braga. Francisco Vicente Bruschi prosseguiu na carreira militar, tendo exercido os cargos de Ajudante de ordens dos Governadores das Capitanias de S. Paulo e de S. Pedro e como os Governadores acumulavam então também o cargo de Comandante das Armas o Ajudante de ordens, exercia também as funções do cargo correspondente ao atual cargo de chefe do Estado Maior.

Proclamada a independência do Brasil à ela aderiu lealmente, sendo confirmado no Exército e promovido a Coronel do Estado Maior do Exército e nesse posto exerceu o cargo de Assistente Militar do Governo Provisório da Província de S. Pedro e, organizada esta constitucionalmente, foi nomeado Comandante da Guarnição e Depósito da Capital de Porto Alegre, cargo que exerceu até falecer em 1.829.

Nos arquivos das municipalidades de Viamão e Porto Alegre e do governo da então Província existe a assinatura de Francisco Vicente como Brusque, escrito indiferentemente: Bruschi e Brusco e como sua viúva e filhos continuassem com o mesmo uso, o Visconde do Rio Grande aconselhou que adotassem a forma-Brusque-por ser a mais própria e a forma abraileirada de Bruschi e desde 1.846 ou 1.847 foi essa forma definitivamente adotada.

FRANCISCO VICENTE BRUSQUE

Nasceu em Lisboa em 1.776. Assentou praça em 1.790. Foi promovido a Alferes do Regimento 1 de Infantaria de Linha de Lisboa por Decreto de 2 de junho de 1.807; a Tenente graduado do Regimento 3 de Infantaria de Linha da Corte por Decreto de 13 de Maio de 1.808; a Tenente efetivo da 2^a. Companhia do mesmo Regimento por Decreto de 17 de Dezembro de 1.808, nomeado Ajudante do mesmo Regimento por Decreto de 13 de Maio de 1.810; Capitão graduado por Decreto de 13 de Maio de 1.810; Capitão efetivo da

8ª. Companhia do mesmo Regimento por Decreto de 12 de Setembro de 1.810; Sargento-mor de cavalaria por Decreto de 27 de Maio de 1.811; Ajudante de ordens do Governador da Capitania de S. Paulo por Decreto de 20 de Agosto de 1.811; Tenente Coronel de milícias graduado por Decreto de 25 de julho de 1.814; Ajudante de ordens do Governador da Capitania de S. Pedro por Decreto de 25 de Julho de 1.814; Tenente Coronel de milícia efetivo por Decreto de 22 de Janeiro de 1.818; Ajudante de ordens do Governador da Capitania de S. Paulo por Decreto de 13 de Fevereiro de 1.818; Coronel de Milícias graduado por Decreto de 11 de Março de 1.820; Ajudante de ordens do Governador da Capitania de S. Pedro por Decreto de 19 de junho de 1.820; . . . Assistente Militar do Governo Provisório da Província de S. Pedro por Decreto de 24 de Janeiro de 1.823; Delegado do Governo Provisório da Província de S. Pedro para apresentar votos e parabéns a S. M. I. D. Pedro I por Portaria de 16 de Janeiro de 1.824. Coronel efetivo do Estado Maior do Exército por Decreto de 26 de Março de 1.824; Comandante da Guarnição e Depósito da Capital de Porto Alegre de 1.825 a 1.829. Faleceu em Porto Alegre, a 14 de Maio de 1.829, aos 53 anos de idade.

Sei que possuía várias condecorações e medalhas, porém não encontrei nota alguma a respeito.

Era fidalgo com exercício nas casas Real de Portugal e Imperial do Brasil e era Grande do Império .

D. Pedro I dispensava-lhe tanta amizade e intimidade que quando esteve no Rio Grande ia todas as noites sozinho à casa de Francisco Vicente e tomava chá com ele e sua família e dizia que ali sentia-se bem, junto de um amigo sincero e leal, e longe de fingimentos.

CONSELHEIROS FRANCISCO CARLOS DE ARAUJO BRUSQUE

Descendente de uma das famílias mais ilustres do Rio Grande do Sul, era filho legítimo do Coronel Francisco Vicente Brusque, Grande do Império, Fidalgo com exercício nas Casas Real de Portugal e Imperial do Brasil, Comandante da Guarnição e depósito da Capital de Porto Alegre, e de D. Delphina Carlota de Araujo Ribeiro Brusque, tendo nascido em Porto Alegre a 24 de Maio de 1.822, falecendo em Pelotas a 23 de Setembro de 1.886.

Havendo feito em S. Paulo o curso prepatório, matriculou-se na Academia de Direito dessa Capital e obteve o grau de bacharel cinco anos depois, isto é, em 17 de novembro de 1.845. Regressando à sua Província foi eleito deputado à Assembléia Provincial para as legislaturas de 1.849, 1854, e 1.856 (atas encontradas em nosso desfalcado arquivo) .

Nomeado auditor de guerra em 1.851 pelo Governo Imperial (conforme documento original do Conde de Caxias, comandante do

exército brasileiro em operações de guerra contra o estrangeiro) obteve nessa campanha a medalha de ouro de mérito militar e as honras do posto de Coronel (campanha de 1.352).

Como deputado geral encontramos seu nome nos Anais da Câmara dos Deputados dos anos 1.856, 1.857, 1.858, 1.859, 1.865, 1.872, 1.873, 1.874, e 1.875, sendo eleito em uma das legislaturas pela província do Amazonas.

Nomeado Presidente de Santa Catarina pelo Governo Imperial a 6 de setembro de 1.859, aí fundou diversos núcleos coloniais, dos quais um deles é hoje a cidade de Brusque, procurando também civilizar os selvagens dessa região.

A 20 de março de 1.861, a instâncias do Governo Imperial e por intermédio de seu Ministro da Justiça o Exmo. Sr. Francisco de Paula N. Sayão Lobato, aceitou assumir o governo da Província do Pará, por alguns anos, onde, além de outros serviços, entregou-se ao estudo dos hábitos e costumes das tribos selvagens a fim de poder trazê-las à civilização, sendo os seus trabalhos sobre as tribos do Amazonas e do Pará classificados pelo Conselheiro Ladislau Netto como os mais completos para o conhecimento dos indígenas do Brasil.

Conseguiu, além da catequese, classificação e proteção a essas tribos selvagens, fundar, com os índios Tembés, então dispersos, uma aldeia que denominou Santa Leopoldina, confiando ao cidadão Pedro Loureiro da Costa a direção dessa aldeia, estabelecendo as bases de seu governo econômico e instrução de seus habitantes.

Deu ainda largo incremento aos núcleos da aldeia de Ararau-deua, entregando sua direção ao Alferes Ignacio Leopoldino de Andrade) (Relatórios apresentados à Assembléa Legislativa do Pará em 1.862 e 1.863).

Foi ainda durante o seu governo que se deu o incidente com os vapores de guerra peruanos MORONA e PASTAZA, que tentaram violar direitos brasileiros, recebendo, por esse motivo, do Presidente, ativo protesto e enérgica reação armada (Documentos em nosso poder e citado relatório).

Depois de haver-se retirado da vida política, em 1.875, dedicou-se exclusivamente ao mister da advocacia. (Nunca foi jornalista).

Foi ministro da Marinha no período da guerra do Paraguai e interinamente da Guerra.

Pensamos sem afirmar que tenha residido no Rio Grande do Sul até 1.853.

Entre outras condecorações o Conselheiro Brusque era Condecorado com o Oficialato da Ordem da Rosa, Hábito de Cristo e Gran Cruz do Leão Neerlandez.

Nota: Deixamos de mencionar outros serviços prestados à Pátria, por estarem arquivados nos Relatórios das Presidências do Pará, Santa Catarina, Ministério da Marinha, da Guerra e Anais do Parlamento.

Provincia de



S. Paulo

Brasil

1ª Exposição Colonial

das

Colonias de

Paraguay & Principe D. Pedro

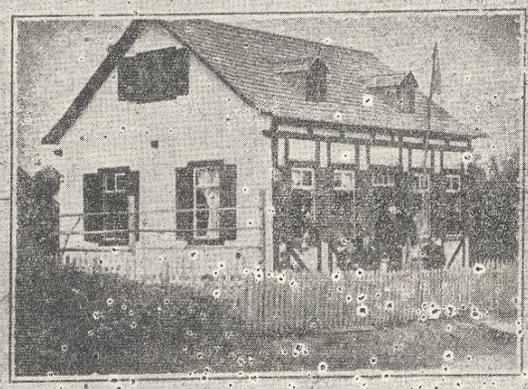
em

4 de Outubro de 1872

Diploma concedido pela Direção da Exposição Colonial de São Paulo, em 4 de Outubro de 1872, como signal de apreço ao trabalho do Sr. [Name] [Name] [Name] pelo trabalho exposto [Name] [Name]

A. Commisario

Director



PERSONALIDADES DO PASSADO BRUSQUENSE

"ONKEL HOTEL" E "SCHÖNER WILHELM"

Ayres Gevaerd

Duas personalidades do passado lembradas, a primeira por meus avós e a segunda com mais frequência por meus pais, e que tiveram, em razão de suas respectivas profissões, certo destaque na sociedade, nos primórdios da colônia e na vila, foram respectivamente, Onkel Hotel e Schoener Wilhelm. Felipe Krieger, mais conhecido por Onkel Hotel, foi participante da quinta leva de colonos entrados em 1861, como boticário e lavrador, funções que não exerceu. Como seu irmão Guilherme tornou-se pai-deiro e proprietário, possivelmente o primeiro, de um hotel na então colônia. Meus avós maternos e uma tia há pouco falecida (Mathilde Ristow) sempre que lembravam um acontecimento social ou aventura boêmia, Onkel Hotel se achava presente. Onkel Hotel foi se apagando de minha lembrança, para reaparecer anos depois em documentos históricos, no livro "Brusque" e nos registros da Comunidade Evangélica. Existem várias referências ao pai-deiro Krieger nos registros do Barão de Schneéburg, notadamente

quando a administração foi roubada em 9.000\$000 — cédulas de 2\$000 — na noite de 4-3-1862. Das depois, Felipe Krieger achou a caixa contendo o dinheiro, submersa em uma lagoa que ficava nos fundos de seu hotel (imediateções do futuro pavilhão de exposições), tendo sido gratificado com 100\$000. O velho Barão teve a paciência, segundo anotou em documentos, de "passar a ferro" todas as cédulas. Onkel Hotel deve ter sido muito popular e benquisto na vida comercial e social da colônia, posição que se justifica pelos numerosos registros de batizados na Igreja Evangélica, servindo como padrinho. Não me recordo se minha tia Mathilde me contou ou se o li em algum registro especial: verificara-se o nascimento de uma criança de mãe solteira cujo nome era conhecido. O pai, entretanto era desconhecido, segundo se murmurava, "possivelmente Onkel Hotel".

* | *

Guilherme Luís Krieger, o Schoener Wilhelm, era filho de Onkel Hotel, e deve ter herdado certas características pessoais de

Diploma da primeira exposição colonial realizada nas Colônias

ITAJAHY — BRUSQUE e PRÍNCIPE DOM PEDRO

Conferido ao colono Pedro Jensen em 4 de outubro de 1872. Aparece a Casa da Directoria ao tempo do director Dr. Luiz Betin Paes Leme, que se encontra à sua porta acompanhado de autoridades provinciais e personalidades.

seu pai, inclusive seus bens. Continuando com a tradição, conservou o Hotel "Zum Deutscher Kaiser" que ficava no lugar onde hoje se encontram as firmas Hermes Macedo, A. Cavalca e D. Malossi. O "Schoener Wilhelm" seu hotel, seu bar e o grande salão para festas, tornaram-se tão famosos que, nos registros das atividades sociais e artísticas de Brusque, no período de 1905 a . . . 1920, aproximadamente, são frequentemente lembrados, assim como os Atiradores. Salvo as grandes festas que requeriam salões amplos, como por exemplo a dos Atiradores, promovidas desde os primeiros anos da colonização . . . (1866) as demais, com pequenas exceções, se realizavam no salão do "Schoener Wilhelm". O primeiro cinema de Brusque, "Cinema Moderno" de W. Stracke instalado em 1912, ocupou o salão, com programação semanal: as atividades dos clubes "4 de Agosto" "Liberdade", Sport Clube Brusquense na primeira fase, e outras entidades, lá se desenvolviam. A concentração dos atiradores para iniciarem o desfile nas memoráveis festas de Páscoa lá era feita, como seu encerramento, que se dava nas terças, após a marcha de regresso. O início dessas famosas concentrações para a maior festa popular do ano, era perfeitamente equilibrado, correto e entusiástico. Já no encerramento, o desequilíbrio dos participantes, em sua maioria, era patente, físico e espiritual. A Sociedade dos Cantores, vez por outra, ocupava o salão para ensaios e noites de arte, sob a direção do

Prof. Moritz Lehmann, grupo do qual participava o próprio "Schoener Wilhelm". Existia na Vila, até o término da primeira grande guerra, um grupo que comemorava anualmente o aniversário natalício do Kaiser da Alemanha, ocasião em que se enaltecia a Glória da velha Germânia, terminando, naturalmente, no bar da casa que lembrava o próprio Imperador Alemão. As festas cívicas nacionais, promovidas pelas autoridades locais, quando não realizadas na Casa dos Atiradores eram no salão do Cinema. O bar "Schoener Wilhelm" foi ponto de reunião da boemia, lá pontilhando famosos tipos populares que passaram para o Falclore mesmo depois que passou para outro proprietário, Rodolfo Krieger, parente próximo dos antecessores. Duas coisas se destacavam no bar: um calendário com datas móveis encimado por uma gravura colorida mostrando a opulência dos negócios para quem vende a dinheiro e a bancarrota, para quem vende fiado: um armário com portas de vidro vendo-se, num dos lados, riscos de giz, que representavam os "tragos" de um freguês cuja presença era constante. Guilherme Luiz Krieger o "Schoener Wilhelm", faleceu em 1914. Por poucos anos ainda dona Ida, sua esposa, continuou à frente dos negócios, passando o salão de cinema de W. Stracke a denominar-se "Salão Cinema Witwe Ida Krieger". Rodolpho Krieger adquiriu mais tarde a propriedade, conservando o cinema, o bar, e a padaria, até 1922, aproximadamente.



CONJUNTO DE CÂMERA BRUSQUENSE

Da esquerda, sentado, Primo Diegoli — violino; Paulo Laux — Flauta; Wilibald Stracke — violino; Guilherme Diegoli — violino; Gustavo Krieger, sentado, viola, Luiz Lübke — Contrabaixo. 1910.

REMINISCÊNCIAS

Os transportes em Brusque no início do século

(Crônica elaborada com dados fornecidos, a viva voz, pelo Sr. João Jorge Kormann nascido a 29 de outubro de 1901, filho de Guilherme e Elisa Kormann)

Brusque dispunha, para escoar suas mercadorias e importar gêneros de que necessitava, de uma frota de lanchas que perfaziam a distância Brusque-Itajaí.

O porto estava situado nas cabeceiras da atual Ponte Irineu Bornhausen, dispendo de trapiche de pedras, mastro de madeira e guincho. Este último muito servia para a descarga do maquinário importado da Alemanha pelo Cônsul Carlos Renaux, quando da ampliação de suas indústrias.

Encarregado deste transporte era o Sr. José Knih, possuidor de

uma frota com várias lanchas-perúia e de uma lancha motorizada, construída em Hamburgo (Alemanha). Fora batizado com o nome "SELMA", em homenagem à primeira esposa do Cônsul, Selma Wagner Renaux. Destinava-se ao transporte de cargas e também de passageiros. Servia para pic-nics aos domingos à tarde, quando era de bom gosto um passeio fluvial, do porto até Santa Terezinha, na praia da família Heckert. O Sr. José Knihs era filho de Nicolau Knihs, alemão, já acostumado ao transporte fluvial ao longo do rio Reno.

Pelo Itajaí-mirim, a distância entre Brusque e Itajaí perfazia uns 100 quilômetros. Sete-ouzo horas para a ida e 1 dia para a volta.

As lanchas-perúia eram utilizadas para o transporte de cereais, como a farinha de mandioca, açúcar-grosso, feijão, milho, pipas de cachaça... Uma lancha-perúia carregada precisava de dois dias para vir de Itajaí a Brusque.

No tempo das estiagens os carroceiros tinham importante função: devido ao fato de o rio não ter muitas profundidade, iam encontrar as lanchas no Brilhante, na fazenda de Antônio Gastaldi, para aliviar-lhes a carga. Na altura da atual granja de O MUNICÍPIO situava-se o armazém para descarga de mercadorias. Outro armazém, abaixo de Santa Terezinha, pertencia a Floriano Fischer.

Vários brusquenses dispunham de lanchas-perúia: Gregório Diegoli as tinha 2, Aldo Diegoli 2, Amadio Beduschi, no Barracão, 1,

Guilherme Krieger 1, Otto Schaeffer 1, José Knihs 2. João Kunitz muito trabalhou no transporte, quer pelo Itajaí-mirim (Brusque-Itajaí) quer pelo Itajaí-açú (até Blumenau).

O velho Coronel Guilherme Krieger possuía uma fazenda em Endoenças, acima de Dom Joaquim, antigo Cedro. Em Dom Joaquim ficava sua grande loja. Sua lancha ia até a barra do Cedro carregar os produtos agrícolas da região. Eram milhares de sacas de açúcar grosso, milho, farinha de mandioca, café, batata, banha, manteiga, etc.

Quando Brusque esteve inundada pela grande enchente de outubro de 1911, todas estas lanchas prestaram inestimável serviço à população.

Carlos Hassmann, Manoel Montibeller, João Nilo e Manoel Bittencourt eram construtores de lanchas. E Antônio Damasio, José Jacques, Domingos Jacques, Cândido da Silva, João Vanolli, Manoel Teixeira, Luiz Zanon, eram alguns dos lancheiros.

Durante a Primeira Guerra Mundial fez notícia em Brusque a construção de um grande barco. O estaleiro situava-se no local do hoje Cine Coliseu. Carpinteiro-construtor foi o itajaiense Antônio Dutra. Quando estava pronto toda a população vibrou em ajudar a puxá-lo para o porto, para lançá-lo nas águas. Infelizmente o nível das águas na época era muito baixo, por isso o barco sendo logo vendido ao Rio de Janeiro, onde fez o transporte Rio-Niterói.

DOCUMENTOS

DA ADMINISTRAÇÃO BARÃO MAXIMILIANO DE SCHNEEBURG.

(De acordo com a ortografia original).

Janeiro e fevereiro de 1862.

NOTA: Com o presente número dá-se continuidade à transcrição dos documentos do período colonial, obedecendo à ordem cronológica.

O historiador catarinense Dr. Oswaldo R. Cabral, em seu livro "Brusque — Subsídios para a história de uma Colônia nos tempos do Império", páginas 115 e 116, descreve com absoluta segurança e imparcialidade os grandes e difíceis momentos de sua administração, além de pôr em relevo sua honestidade e amor à Colônia.

A denúncia dos colonos que assinam o documento de 22 de janeiro, feito em Desterro e encaminhado à autoridade provincial, não encontrou a receptividade que certamente esperavam. No documento seguinte, dirigido ao presidente da Província, o diretor defende-se das acusações.

Illm^o. e Exm^o. Senr. Presidente da Província

Dizem Conrado Rube, João Carlos Schuch, João Braun e Fabiano Becker, colonos da colonia Brusque, que se achão encarregados pela quasi totalidade dos moradores da dita p^a. representar e pedir a V^o. Excia. o seguinte:

O estado actual da colonia Brusque é tão triste e o descontentamento tão geral, que a continuar assim a colonia não poderá subsistir e que a maior parte dos colonos se verão forçados a fugirem d'aquelle lugar.

O motivo principal das queixas é a pessima administração e a conducta escandalosa do actual Director, o Snr. Barão de Schneebourg; porque os colonos reconhecem gratos tudo o que devem à benevolencia do Governo Imperial e lamentão profundamente o serem frustados os designios do mesmo pelo procedimento inqualificavel d'esse homem inepto e immoral, que soube tornar-se objeto de desconfianças e de despeito p^a. os seus colonos, achando-se frequentemente embriagado até ao romper do dia, tratando-os grosseiramente e com palavras indecentissimas, desmentindo descaradamente as suas promessas mais formaes etc. Na escripturação da colonia reina uma confusão tal, que os colonos não podem pôr confiança nas contas, que se lhes está fazendo. Em lugar dos subsidios, que o Director tem recebido em dinheiro, elle quasi sempre deu aos colonos Vales, que se aceitávão em pagam^{to}. na venda do Sr. Liberato, cuja venda o Director declarou ser a venda do Governo, vendo-se d'esta sorte os colonos forçados a comprarem os

seus mantimentos a preços muito mais altos do que em outra qualquer venda e isso para generos ordinariamente deteriorados.

Ha mais de tres mezes não se paga mais subsidios, e como a maior parte dos colonos ainda não fizêrão colheitas sufficientes, achão-se endividados e em apuros. O Director pretende fazer abatimentos nos 900 Rs. diarios, p^a. cuja quantia foi estipulado o trabalho nos caminhos coloniaes. O milho. as batatas ec. p^a. as plantações fóirão distribuidas em quantias insufficientes e de uma maneira irregular e injusta. As medições dos lotes forão feitas com excessivo vagar por um ferreiro; pela maior parte parecem erradas; muitos lotes ainda não são demarcados.

Pedimos a V^a. Ex^a. em nome de nossos committentes, para que se digne sollicitar do Governo Imperial a nomeação de um Director habil, integro e zeloso, e não podemos dissimular a V^a. Ex^a. que a excitação dos colonos contra o Barão de Schneebourg chegou ao ponto, que não poderá voltar à colonia sem grave perigo da ordem e paz da mesma. O Snr. Cogoy, que se acha encarregado interinamente da direcção da Colonia, não melhorou nada, e até não se importa com nada. Assegura-nos pessoa fidedigna, que o dito Snr. recebeu desta Cidade seis contos de Reis para ocorrer às despezas da colonia; entretanto até hoje aos colonos d'esta quantia ainda não se pagou nem um real, e até a colonos, que tendo de receber subssidios de tres mezes e tendo trabalhado outros tres mezes nos caminhos coloniaes, apenas pedião o pagamento de 5\$000 Rs. para despezas urgentes, o Snr. Cogoy tem respondido, que não havia dinheiro.

Pedimos mais a V^a. Ex^a. se digne remediar quanto antes à falta absoluta e mui sentida de Igrejas, pastores, medicos, que ha na colonia, onde morrerão mais de cem pessoas sem assistencia de medico e sem as consolações da religião.

Pedimos enfim a V^a. Ex^a. que encarregue um allemão imparcial, honesto, instruido e que goze da confiança dos colonos para examinar o estado da colonia e as queixas dos colonos, de que apenas apresentamos um leve esboço, confiando na benevolencia, justiça e energia de V^a. Ex^a., que não tardará a remediar aos males, que actualmente oppriem a colonia, logo que d'elles tiver cabal conhecimento.

E assim

P. a V. Excia. se digne deferir
como requerem

Desterro, 22 de janeiro de 1862

E. R. M.

Seguem-se as assinaturas de
Fabiano Becker, João Carlos Schuch
Conrado Rube e João Braun.

EXMO. E REVMo. SNr.

Em obediencia à ordem de V^a. Ex^a., que me foi communicada em Officio de data 23 do corrente mez, afim de responder a queixa, que de mim à V^a. Ex^a. apresentarão alguns Colonos da Colonia Brusque da qual sou Director, tenho a honra de submeter a minha resposta à Consideração e juizo recto de V^a. Ex^a., como segue.

Em primeiro lugar não gozão os quatro Colonos, Signatarios do requerimento consideração alguma na Colonia, que explique a confiança, que dizem ter os outros n'elles depositado, para representalos em uma accusação como a presente, e o respondente tem mais perfeita convicção, que elles nada mais são, do que instrumentos de certos individuos, não Colonos, seus inimigos gratuitos, que pretendendo alcançar empregos e preponderancia que favoreção seus interesses pessoaes, não recuão ante as mais revoltantes falsidades para tentar derribar o respondente, e assim melhor conseguirem seus fins interesseiros.

O estado actual da Colonia não hé triste como falsamente assevera o habil author do requerimento; pelo contrario tem sido, digo, tem visivelmente prosperado, offerecendo um futuro lisongeiro e esperançoso como podem certificar à V^a. Ex^a. todas aquellas pessoas, que Officialmente a tem ido inspecionar.

Se todavia reina descontentamento na Colonia, provem isto da falta da remessa em tempo do denheiro, o que tem inhibido fazer os pagamentos a tempo e hora. Esse inconveniente porem cessará desde que trimestralmente forem para ali remetidas adiantadas as quantias necessarias as despesas.

Na boa intenção de prevenir consequencias peiores, tenho-me visto varias vezes na necessidade de censurar em termos comedidos, actos daquelles, que são hoje meus detratores, e hé por isso, que elles agora se vingão, imputando-me até vicios pessoaes, tudo para me desconceituar para com V^a. Ex^a. e assim chegarem a seus fins.

Quanto à essas ultimas imputações injuriosas, e que me são exclusivamente pessoaes permittir-me-ha V^a. Ex^a. que apenas responda, que contra ellas protestão os meus antecedentes, o meu character e a minha idade.

O livro da Caixa e as listas de Salarios como a da distribuição dos subsidios (tudo archivado) estão com tante minuciosidade especificados, que com a maior facilidade exactidão podem ser examinados de real a real à toda hora, como no seu breve regresso poderá informar a V^a. Ex^a. o Director interino João André Cogoy Junior.

Como no anno proximo passado eu chegasse à esta Cidade em fins do anno financeiro, tive por isso de esperar mais de um mez, até poder receber da Thezouraria da Fazenda o denheiro para a Colonia, pertencente aos mezes de Junho e Julho, e tendo ficado pouco denheiro em Caixa na Colonia, recomendei em carta particular e confidencial ao Secretario Guido de Seckendorf a maior economia, podendo, até que eu voltasse com denheiro, mandar os Colonos mais necessitados

ou mais exigentes à Caza de negocio de Joaquim Pereira Liberato, então o unico negociante afastado na Colonia, para os remediar fornecendo-lhes mantimentos e denheiros .

O Secretario assim o fez, commetendo porem a desleal acção de dar d'essa minha carta de confidencia conhecimento a um vendelhão dali, de nome Dankwardt, com a maligna intenção de este (que não estava habilitado para fornecer o que se precisava) me acoimar de parcial e de fazel-o suppôr que eu pretendia, affastal-o da concorrência; e não pode ser outro, se não este, o ridiculo motivo, pelo qual os queixosos chamão o Armazem de Liberato "a venda do Governo".

Por officio archivado, do Exm^o. Snr. Dr. Brusque me foi até recommendado o indicar aos Colonos de tirar deste ou daquelle armazem tudo o que precisassem, que lhes julgava o mais conveniente.

No meu regresso à Colonia em fins de Julho, comencei logo a pagar a Liberato, os abonos, que havia feito aos Colonos, a vista dos recibos destes, e enquanto houve dinheiro fui pagando aos Colonos em mão propria o que lhes era devido de subsidios e de jornaes. Acabado o dinheiro, e para fazer face às necessidades dos Colonos, mandei ao Secretario, que dêsse a cada Colono necessitado um escritto sem assignatura alguma; e sem especificar Caza alguma de negocio à que se dirigissem. Estes escrittos levarão unicamente do Colono o nome e a quantia que tinha neste ou naquelle mez de receber da Directoria, quando esta tivesse denheiro para o pagamento, avizando-os que se derigissem à qual dos negocios, digo, negociantes quizessem, e que lhes quizessem fiar generos ou adiantar denheiro, na intelligencia, que tinhão de entregar o escrito aos seus fornecedores authorisando-os que meio de suas proprias assignaturas, para poderem receber o importe de seus proporcionaes abonos, da Directoria, logo que esta tivesse denheiro para os pagamentos, apresentando os escrittos e authorizações que todos se achão em archivos, e passando os authorizados recibos nas listas dos pagamentos, e assim se fez. Por differentes vezes officiei à Presidencia que as repetidas faltas de fundos não me deixarião e não me deixarão evitar o meio que acabo de explicar à V^a. Ex^a., para valer aos Colonos necessitados, meio aliás menos conveniente, mais unico para não os deixar cahir em maiores apuros n'esses fataes intervallos de remessas. V^a. Ex^a. bem está sabendo, que a Directoria em vez de diminuir o jornal, pedio tanto no relatorio annual como em Officio separado augmento do mesmo, descontando sómente, e conforme a respectiva Ordem, os subsidios individuaes d'aquelles dias em que o colono trabalhasse em cerviço publico ou particular; de maneira que, aquelle que já tinha recebido nas vendas o importe de seus subsidios mensaes ou em generos ou em denheiro, ou directamente da Directoria v.g. de 400 reis por dia, e suppondo, que tinha trabalhado no mesino mez 10 dias, esse não podia receber o seu jornal inteiro de 900 reis, mas sómente 500 reis, accreditando-se lhe na sua divida de Subsidios, pelos 10 dias a 400 reis, por ignorar-se o numero de dias, que ia traba-

lhar, quando recebo de uma ou de outra maneira os subsidios adeantados. Quanto à distribuição de sementes, é esta entregue à um fiel colono, e feita em quantidades iguaes: milho e feijão e arroz em porções de 4 Scaamins de cada qualidade e especie a cada familia, fazendo-se de tudo lançamento em hum livro especial para esse fim; batatas, e recebo poucas e por isso se destribuiu em menores, mais iguaes porções, que toda via não forão todas plantadas, preferindo alguns comel-as, outros tão bem comprarão nas vendas maiores porções pois produzem muito bem; bananeiras; mangaritas, inhame, sementes de hortaliças e outras sementes, recebem conforme apparecem para comprar, ramos de mandicca e cana para plantar, elles mesmos tem de procurar-se, e para isto a Directoria lhes empresta Canoas que não estão em serviço.

O ferreiro, aliás Serralheiro Thieme, hoje agrimensor, que fora recommendado à Colonia como tal, pelo Delegado das terras publicas, o Major João Alvim, já se tinha applicado em sua arte actual com muito esmero na medição geral do terreno da Colonia, feita a 4 annos, e se acha habilitado para desempenhar a sua tarefa com sufficiencia sendo-me satisfactorio de poder communicar-o a V^a Ex^a, e se logo no começo os Colonos precisarão esperar mais tempo, antes que podessem transportar-se à seus lotes, he porque o território da Colonia estava então em perfeito matto virgem, sem recurços, aonde tudo se havia de preparar, abrir caminhos de ingresso aos quadrados grandes demarcados a 4 annos ja de novo em matto serrado, Subdividil-os em lottes; 2 grandes transbordações do Rio Itajahy-merim, tendo crescido as aguas 28 palmos sobre o seu estado normal, chuvas frequentissimas, promptificação de Ranchos provisorios de recepção para Colonos que vinhão em multidão, tudo isto difficultou e retardou os Serviços necessarios feitos por Colonos, quasi sem utencilios e não acostumados ao matto virgem. Refiro-me a esse respeito ao Relatorio do Director interino João André Cogoy Junior. A paz e tranquillidade da Colonia não soffrerá alteração alguma, logo que forem ausentado d'ali os promottores, cortando assim a collaboração dos seus protectores nesta Cidade, que tanto se occupão para que os protegidos delles alcancem seus fins puramente interesseiros, a semear intrigas e Calumnias gratuitas.

Quanto à Direcção interina da Colonia por João André Cogoy Jnior cinjo-me sómente a dizer a V^a Ex^a, que havendo eu comsciencia da Presidencia procurado todos os meios á meu alcance para remediar as necessidades dos Colonos, por via de abonos pelos negociantes do lugar em generos e denheiros, não tive a felicidade de agradar á ambição dos promottores; e o Director interino, portador de seis contos de reis, e que por ordem da Presidencia os deo em pagamento de abonos devidos, porem já consumidos, não agrada porque responde aos que grittão por dinheiro, = que não o tem .

No dia 4 de Agosto do anno passado, anniversario da fundação da Colonia, os Colonos me dirigirão agradecimentos por meio de um abaixo assinados expontaneo, que aqui tenham a honra de juntar, aon-

de apparecem tão bem os nomes de Carlos Schuch e de João Braun, como no requerimento da queixa, e quando ultimamente no meiado de Dezembro p. p. voltei a Colonia, já quasi de todo restabelecido da minha grave enfermidade, fui recebido com illuminações, Salvas e outras demonstrações de regozijo.

Desde 4 de Agosto pois até fins de Dezembro (estando eu ausente da Colonia desde Outubro, lutando com a morte) n'esse curto espaço de tempo foi, que se operou a transformação do meu character e do meu procedimento! V^a. Ex^a. vê como os meus inimigos aproveitarão o tempo da minha molestia, contando com a minha morte; contudo receiosos, que talvez eu me restabelecesse cuidarão em tentar de preparar meu descredito. O Pedido relativo a Igreja, Pastores e Medicos, sendo em si justo, he comtudo superfluo, porquanto tendo a Directoria feito igual pedido, disse aos Colonos, que sem duvida o Governo em tempo oportuno atterderia á esta necessidade. Como os Supplicantes pedem que V^a. Ex^a. mande examinar o estado da Colonia, V^a. Ex^a. poderá obter informações justas e imparciaes da parte do Vice-Consul Dinamarquez Fernando Hackraát, que acaba de visitar a Colonia Brusque, percorrendo-a com minuciosa attenção e fazendo indagações. E para confundir meus gratuitos inimigos, cujo unico empenho é tirar-me a direcção da Colonia para alguém que se diz altamente protegido ser nella empregado, Venho solicitar de V^a. Ex^a. se digne ordenar um exame em tudo que respeita a mesma Colonia por pessoa da confiança de V^a. Ex^a. Incluzo devolvo o requerimento dos Supplicantes, a que V^a. Ex^a. Ordenou eu respondesse. He quanto tenho, em refutação de uma serie de allegações infundadas e atrozes no requerimento dos Suppes, de responder, confiando e certo que de V^a. Ex^a. me seja feito Justiça.

Deos Guarde a V^a. Ex^a.

Exm^o. e Revm^o. Snr Conselheiro Vicente Pires da Motta
Dm^o. Presidente da Provincia de Sta. Catharina

Desterro 29 de Janeiro de 1862.

ass. **Barão de Schneéburg**

Diretor da Colonia

Ilm^o. e Exm^o. Snr. Conselheiro Vicente Pires da Motta

Tenho a satisfacção de participar á V^a. Ex^a., que a familia do falecido soldado Claudino, que por V^a. Ex^a. me foi recommendada, veio em minha companhia da cidade até a Villa d'Itajahy, aonde ficou na sua habitação sem que fizessem despeza alguma de viagem. Tenho a honra de ser com a mais alta consideração e Respeito

De V^a. Ex^a.

O maior Venerador e obediente Servo

Colonia Brusque 9 de Fevereiro de 1862

ass^a. **Barão de Schneéburg**

Directoria da Colonia Brusque em 12 de Fevereiro de 1862.

Exm^o. e Revm^o. Snr.

A respeito do que requer na petição inclusa o colono Carlos Marcos Peiter penso que, offerecendo garantia sobre a quantia que for necessaria para comprar as ferramentas necessarias para poder exercer o seu officio, que seria de vantagem para os Colonos, lhe podia o Governo conceder .

Deos Guarde a V^a. Ex^a.

Exm^o. e Revm^o. Snr. **Conselheiro Vicente Pires da Motta**

Dm^o. Presidente da Provincia de S. Catharina

ass^a. **O Director da Colonia**

Barão de Schneéburg

Directoria da Colonia Brusque em 12 de Fevereiro de 1862.

Exm^o. e Revm^o. Snr.

Tenho a honra de levar ao conhecimento de V^a. Ex^a. que aqui cheguei à salvamento com o denheiro, sómente no dia 7 do corrente mez à noite, não permittindo o máo tempo, que tem feito, como a grande correnteza das aguas do monte, que fizesse com mais brevidade esta viagem .

Os tres Policiais, que me acompanharão, partirão no dia immediato da minha chegada em regresso para a Capital com Officio meu ao Commandante do Corpo-Policial.

Reassumi no mesmo dia 8 do corrente a Direcção da Colonia tendo me sido entregue pelo Director-interino, o Snr. João André Congoy Junior todos os papeis, contas, livros e tudo mais, concernentes à Colonia.

Cutro sim, cumprindo com a Ordem de V^a. Ex^a. em Officio de 24 de janeiro proximo findo, demitti no mesmo dia 8 do mez a Guido de Seckendorf do cargo de Secretario da Colonia, pagado ao mesmo, até o dia 7 do mez de Fevereiro inclusive, os seus vencimentos, a que tinha direito; encarregando deste serviço provisoriamente o colono Henrique Bettermann mediante uma gratificação mensal de Rs. 40\$00, até que ache uma pessoa nacional habilitada pelos Serviços de Guarda-livros .Espero que V^a. Ex^a. Se Digne aprovar esta minha medida, filha da necessidade, que tenho de quem me ajuda na escripturação da Colonia.

Deos Guarde a V. Ex^a.

Exm^o. e Revm^o. Snr **Conselheiro Vicente Pires da Motta**

Dm^o. Presidente da Provincia

ass.: **O director da Colonia**

Barão de Schneéburg

Directoria da Colonia Brusque em 12 de fevereiro de 1862
Exm^o. e Revm^o. Snr.

Como pela informação do Snr. Inspetor da Thezouraria de Fazenda d'esta Provincia sobre a consignação do denheiro para a construcção da casa da Directoria d'esta Colonia, terá de demorar-se por todo o inverno e talvez por mais tempo a promptificação da dita casa, venho com todo o respeito rogar à V^a. Ex^a. a precisa authorização para poder allugar uma casa feita de tijolos, que se está acabando de edificar na Séde da Colonia com capacidade, ao menos por enquanto, para n'ella residir e funcionar a Directoria, pedindo o seu proprietario o alluguel de 16\$000 reis mensalmente, por-isso que, como já tive a honra de expor à V^a. Ex^a., o meu actual abrigo não só não tem capacidade alguma para preencher um tal fim, como mesmo, parece-me, seria prejudicial à Saude, mormente na estação invernosa.

Deos Guarde a V^a. Ex^a.

Revm^o. e Exm^o. Snr. **Conselheiro Vicente Pires da Motta**
Em^o. Presidente da Provincia de Sta^a. Catharina
ass.^a. O Director da Colonia
Barão de Schneéburg

Directoria da Colonia Brusque em 12 de fevereiro de 1862
Exm^o. e Revm^o. Snr.

Tenho a honra de apresentar à V^a. Ex^a. as contas das despezas realizadas com esta Colonia nos mezes de Setembro e Outubro do anno proximo findo na importancia de 10:522\$377 reis, tanto com Subsídios como com jornaes e com o Costeamento da Colonia, ficando um saldo em Caixa de Rs 24:325\$501 reis, para occorrer às despezas dos mezes de Novembro e Dezembro do anno passado e de Janeiro à Março do corrente anno.

Deos Guarde a V^a. Ex^a.

Exm^o. e Revm^o. Snr. **Conselheiro Vicente Pires da Motta**
Dim^o. Presidente da Provincia de S. Catharina
ass.: O Director da Colonia
Barão de Schneéburg

Directoria da Colonia Brusque em 14 de Fevereiro de 1862.
Exm^o. e Revm^o. Snr.

Cumpre-me levar ao conhecimento de V^a. Ex^a. que o colono André Petermann, doente, segue para a Cidade do Desterro pedindo com o maior respeito à V^a. Ex^a. Haja por bem mandar, que elle seja recolhido e tratado no Hospital de Caridade d'esta Cidade.

Deos Guarde à V^a. Ex^a.

Exm^o. e Revm^o. Snr. **Conselheiro Vicente Pires da Motta**
Em^o. Presidente da Provincia de S. Catharina
O Director da Colonia
ass.: **Barão de Schneéburg**

Directoria da Colonia Brusque no Itajahy-Mirim em 20 de Fevereiro
de 1862

Illm^o. e Exm^o. Snr.

Accusando a recepção da Circular, que V^a. Ex^a. se dignou dirigir-me datada de 2 de Janeiro próximo findo e em obediencia ao que por V^a. Ex^a. me he determinado na mesma Circular, cumpre-me levar ao conhecimento de V^a. Ex^a. que tendo estado ultimamente bastante doente e reassumido apenas no dia 8 do corrente a Direcção desta Colonia e por isso impossibilitado de apresentar a V^a. Ex^a., como devia, um Relatório especial do Estado deste estabelecimento, rogo a V^a. Ex^a. se sirva aceitar a inclusa Copia das informações concernentes à Estatística desta Colonia apresentada pelo Snr. João André Cogoy Junior, quando Director Interino durante a minha enfermidade, ao Exm^o. Snr. Presidente da Provincia e a Delegacia das Terras Publicas, bem como os mais papeis, que acompanharão a dita informação.

Da Copia do mappa das familias, que tem entrado para a Colonia desde 4 de Agosto de 1860 dia da sua fundação até 31 de Dezembro de 1861, resulta, que entrarão até 30 de Junho de 1861 — 642 Colonos, e desde 1^o. de Julho de 1861 até ultimo de Dezembro deste mesmo anno 185 Colonos.

As despesas effectuadas, que correrão por esta Directoria até o dia 30 de Junho de 1861, constão da Conta corrente, que junto tenho a honra de apresentar à V^a. Ex^a. e bem como assim à das despesas realisadas até 31 de Dezembro, proximo passado.

A todas as familias Colonos foram distribuidos lottes.

Deos Guarde a V^a. Ex^a.

Illm^o. e Exm^o. Snr. **Bernardo Augusto Nascentes de Azambuja**
Dm^o. Director das Terras Publicas e Colonisação .

O Director da Colonia
ass.: Barão de Schneéburg

Directoria da Colonia Brusque em 21 de Fevereiro de 1862.

Exm^o. e Revm^o. Snr.

Tenho a honra de enviar e levar ao conhecimento de V^a. Ex^a. a copia do officio, que dirigi ao Exm^a. Snr. Dr. Bernardo Augusto Nascentes de Azambuja, Director Geral das Terras Publicas e Colonisação em resposta do officio e aviso-circular do mesmo Snr., datada de 2 de Janeiro de 1862.

Deos Guarde a V^a. Ex^a.

O Director da Colonia
ass.: Barão de Schneéburg

Directoria da Colonia Brusque em 25 de Fevereiro de 1862.

Illm^o. e Exm^o. Snr.

Tenho presente o Officio de V^a. Ex^a. datado de 28 de Janeiro proximo findo, e a Copia que o acompanhou do Aviso-Circular do Ministerio dos Negocios d'Agricultura, Commercio e Obras Publicas expedido pela Directoria das Terras Publicas e Colonisação em 15 de Janeiro proximo passado.

Tendo eu reassumido a Direcção d'esta Colonia no dia 8 do corrente mez, e estado até hoje continuamente occupado com o pagamento das contas e Serviços coloniaes atrazado desde Novembro de 1861 e outros afazeres de momentanea urgencia, não me era possivel, à meu grande pezar, de satisfazer immediatamente à tudo quanto o referido Aviso-Circular exige, o que farei sem demora no mais curto espaço de tempo, que me seja possivel, pedindo ao mesmo tempo desculpa de V^a. Ex^a. por esta falta, filha das multiplicadas occupações que presentemente tenho.

Deos Guarde à V^a. Ex^a.

Exm^o. Snr. Conselheiro Vicente Pires da Motta
Dm^o. Presidente da Provincia de S. Catharina
O Director da Colonia
ass.: Barão de Schneéburg

Directoria da Colonia Brusque em 27 de Fevereiro de 1862.

Exm^o. e Revm^o. Snr.

Obedecendo às Ordens, que V^a. Ex^a. dirigio à esta Directoria em Officio de 5 de Novembro do anno passado e de 3 de Fevereiro corrente, devo respeitosa e dizer à V^a. Ex^a., que não me foi possivel accusar o recebimento e satisfazer às Ordens do Officio de V^a. Ex^a. de 5 de Novembro, por me achar doente na Barra do Itajahy, e na Direcção desta Colonia o Director-Interino o Snr. João André Cogoy Junior, como V^a. Ex^a. não ignora; e satisfazendo devidamente ao conhecimento dos mesmos Officios, cumpre-me levar ao conhecimento de V^a. Ex^a., que os esclarecimentos e informações, que me forão exigidos no Officio mencionado de 5 de Novembro do anno passado pelo Exm^o. Antecessor de V^a. Ex^a. relativos à essa Colonia, considere já serem ministradas no Relatorio do anno de 1861, feito e assignado pelo então Director Interino da Colonia João André Cogoy Junior, o qual tive a honra de entregar à V^a. Ex^a. na minha estada nessa Capital no mez de Janeiro do corrente anno. Se todavia forem necessarios mais alguns esclarecimentos de promptamente obedecerei ao Aviso de V^a. Ex^a.

Deos Guarde à V^a. Ex^a.

Exm^o. e Revm^o. Snr. Conselheiro Vicente Pires da Motta.
Dm^o. Presidente da Provincia de S. Catharina
O Director da Colonia
ass.: Barão de Schneéburg

AUTOBIOGRAFIA DO PASTOR JAHANN ANTON HEINRICH SANDRECZKI

(Continuação do número anterior)

II

Fomos amavelmente recebidos pelo pastor Wagner e também cordialmente saudados pelo Cônsul Suíço e diversos componentes da colônia alemã do Rio, bem como pelo diretor da Missão Presbiteriana Norte-americana no Brasil.

A nossa colocação já estava determinada, mas somente depois de algumas semanas a nomeação foi feita. Entretanto, foi-me proporcionada, por essa espera, uma compensação em dinheiro. Finalmente pude empreender a viagem para o lugar do meu destino.

Num vapor costeiro, eu cheguei primeiramente em Desterro, (hoje Florianópolis) capital da Província de Santa Catarina onde fui recebido pelo Sr. Todeschini, um austríaco, diretor da Colônia Teresópolis que dali distava um dia de viagem para o interior, e o qual me induziu a aceitar, provisoriamente, a direção da Comunidade Evangélica dessa mesma Colônia, em orfandade religiosa, o que o Presidente da Província teve que referendar, de vez que eu viera destinado para Brusque.

Assim, eu servi à Comunidade de Teresópolis e à Comunidade vizinha da Colônia Isabel até a chegada do novo pastor.

O pastor Wagner dirigiu as Comunidades, até que foi chamado ao Rio. Também ele procedia da Missionária da Basiléia.

Demorou até começo de fevereiro do ano seguinte a chegada do novo pastor, também um basili-

ense, Cristovam Tischhauser, mais tarde professor de Teologia na Casa Missionária. Pus-me, então, a caminho da minha já impaciente Comunidade de Itajaí-Brusque que me reclamava insistentemente.

Depois de quatro dias cavalgando uma mula, sozinho, ali cheguei de surpresa, sem cantos nem toques de sirens de recepção pública e me apresentei ao Diretor da Colônia, e Barão von Schneéburg um antigo oficial austríaco.

O governo não havia providenciado uma casa paroquial. O diretor havia ocupado a casa prevista para a finalidade durante o tempo em que eu me vira obrigado a manter-me afastado da Colônia. O ativo secretário da Direção, Max von Borowski ofereceu-me, porém, um quarto numa espaçosa casa de solteiro, para meu uso até que eu me transferisse para a casinha que eu construísse no lote que adquiri, muito barato, do governo, e a qual seria paga pela Direção da Colônia em compensação pelos aluguéis que não dispndia com a minha morada.

Deve-se ainda notar que os meus vencimentos, por ano, pelo câmbio americano, importavam mais ou menos em 400 dólares. Isso era muito pouco em comparação com os altos preços para os gastos de primeira necessidade, excluindo-se os gêneros alimentícios. Logo depois da minha chegada, eu indaguei a respeito do local para o Serviço Divino da Comunidade Evangélica. Foi-me

mostrado um compartimento no antigo, primitivo e tosco rancho de recepção de imigrantes. As paredes do compartimento eram de barro e a cobertura de folhas de palmito. No chão de terra batida, sem assoalho, haviam fincado estacas sobre as quais tábuas serviam de bancos.

Uma mesa grosseira, tendo um acréscimo em forma de tribuna, era a combinação de altar e púlpito.

Os católicos tinham uma capela, embora construída de forma primitiva, mas muito mais digna. Não deveria reinar um espírito muito religioso entre os evangélicos, pois, do contrário, eles teriam já protestado contra local tão indigno do Serviço Divino.

Assim, apesar da minha pouca experiência nas funções, tocou-me a tarefa de fazer a Comunidade volver ao seu fervor religioso.

Era preciso recomenciar tudo quanto se referia a escola e à Igreja.

A colônia existia há cerca de cinco anos. Durante esse tempo, a Comunidade que contava umas 80 famílias, era visitada, de duas a quatro vezes por ano, pelo pastor da vizinha Colônia Blumenau. A Comunidade foi crescendo pouco a pouco, pela vinda de novos imigrantes, até que atingiu 220 famílias, na maioria de Pomeranos. Os primeiros imigrantes eram de Schleswig-Holstein, Birkenfeld (Oldenburg) e badenses. Como o governo estipendiava o pastor, os membros da Comunidade tinham que concorrer apenas com as coletas nos cultos divinos. Por isso, podiam perfeitamente tomar a si a construção de um

templo condigno. Tocou a mim despertar os brios da Comunidade nesse sentido. Juntamente com um auxílio do governo, eles reuniram o dinheiro necessário para construir uma igreja digna, embora não suntuosa.

O principal ornamento do altar dessa igreja era uma cópia do quadro "A descida da Cruz", de Rubens, doado pela imortal rainha da Rússia. O harmônio foi doação da principal sociedade de Stuttgart, da Fundação Gustavo Adolfo. Essa igreja, depois que a Comunidade construiu um novo templo, passou a servir como escola por alguns anos.

Antes que eu prossiga falando em Comunidade e na minha missão, devo referir-me à constituição de minha família.

Durante quatro anos, eu permaneci solteiro e cuidei dos trabalhos caseiros como pude, na minha pequena mas cômoda habitação. A Colônia já possuía um hotel de que era proprietário o amável Senhor Krieger. Ali eu almoçava. Para o café da manhã e a ceia, eu mesmo me arranjava. Mas frequentemente, o secretário Von Borowski, que entretanto tinha se casado, convidava-me para a ceia.

Ele continuou sendo, por muitos anos adiante, meu vizinho leal.

Para uma família, a minha morada era muito pequena. Por isso, mandei construir mais dois cômodos e uma cozinha separada da casa, conforme o costume brasileiro.

(Continua)

A continuidade desta Revista sómente
será possível com a ajuda de todos os
brusquenses.

Quarto número — Tiragem de
— 500 exemplares —

Colaboração financeira integral do
Rotary Club de Brusque

ROTARY INTERNATIONAL



O objetivo do Rotary é estimular e fomentar o ideal de servir, como base de todo empreendimento digno, promovendo e apoiando :

Primeiro : O desenvolvimento do companheirismo como elemento capaz de proporcionar oportunidades de servir ;

Segundo : O reconhecimento do mérito de toda ocupação útil e a difusão das normas da ética profissional ;

Terceiro : A melhoria da Comunidade pela conduta exemplar de cada um na vida pública e privada ;

Quarto : A aproximação dos profissionais de todo mundo, visando à consolidação das boas relações, da cooperação e da paz entre as nações.